

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23096/2022

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de SORO, para atender as necessidades da rede municipal de saúde de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostada aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2.Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica;

Programa Melhor em Casa;

Programa de Saúde Bucal;

Estratégia de Saúde da Família;

Vigilância em Saúde Ambiental;

Hospital Municipal Raul Sertã;

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

1.3.Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços - Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4.Período: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da ATA de Registro de Preço.

1.5.Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:



ITEM	CATMA T	ESPECIFICAÇÃO	HMR S	HMN F	ATENÇÃO BÁSICA	ES F	MELHOR EM CASA	SAÚDE BUCA L	VIG. EM SAÚDE	UNID.	TOTAL
1	352317	Água destilada 500 ml. Estéril e apirogênica sistema fechado.	2160	0	225	427	3	143	0	Frasco	2.958
2	276839	Água destilada para injeção 1000 ml. Estéril e apirogênica sist. fechado.	0	420	0	0	0	0	0	Frasco	420
3	452796	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9 % - 100 ml. Sist. fechado.	13361	411	0	0	21	0	0	Frasco	13.793
4	452796	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9 % - 250 ml. Sist. fechado.	9461	0	667	830	36	0	10	Frasco	11.004
5	452796	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9 % - 500 ml. Sist. fechado.	7877	582	533	364	29	0	15	Frasco	9.400
6	452796	Cloreto de sódio sol. Inj. 0,9% - 1000 ml.	12.000	0	0	0	0	0	0	Frasco	12.000
7	267544	Glicose sol. Inj. 10% 500 ml. Sist. fechado.	3.600	720	0	0	0	0	0	Frasco	4.320
8	270092	Glicose sol. Inj. 5% 100 ml. Sist. fechado.	9.750	0	0	0	0	0	0	Frasco	9.750

9	280092	Glicose sol. Inj. 5% 250 ml. Sist. fechado.	12.48 0	0	0	0	0	0	0	Frasco	12.48 0
10	270092	Glicose sol. Inj. 5% 500 ml. Sist. fechado.	21.60 0	5760	0	0	120	0	0	Frasco	27.48 0
11	299675	Manitol sol. Inj. 20% 200 mg/ml – 250 ml	4800	36	0	0	0	0	0	Frasco	4.836
12	303292	Ringer lactato sol. Inj. 500 ml.	8214	734	0	0	0	0	0	Frasco	8.948

2.2. O quantitativo dos itens a serem adquiridos e sua provável utilização foram baseados nas Requisições e justificativas acostadas aos autos pelas Unidades Requisitantes.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de soro para suprir as necessidades das Unidades que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo.

3.1. A presente aquisição possui o fito de contribuir com o devido abastecimento das Unidades de Saúde, fornecendo condições mínimas necessárias para o bom e regular funcionamento. Trata-se de aquisição de um insumo essencial e imprescindível à rotina das Unidades de Saúde.

3.2. O quantitativo dos insumos, sua provável utilização bem como suas respectivas divisões foram indicados pelas Unidades Requisitantes através dos documentos requisitórios acostados aos autos, as quais se responsabilizaram por todas as informações e quantitativos apresentados nos respectivos documentos.

3.3. A presente aquisição suprirá a demanda do Município pelo período de 12 (doze) meses e se dará pelo sistema de registro de preços.

3.4. Trata-se de processo licitatório, visando aquisição de itens faltantes e/ou frustrados no processo nº 29107/2021. Ressalva-se que os itens 1,3,4,5,8 foram adquiridos parcialmente e, portanto, os quantitativos solicitados são relativos somente as cotas frustradas/desertas.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

* ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Avenida Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo, CEP: 28.623-000; Horários: 09h:00min às 16h:00min;

PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os insumos deverão ser entregues conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes, com prazo de entrega não superior a 05 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. O prazo de validade dos insumos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

5.3. A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.3.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.3.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.3.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com

este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens são recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30.08

8.1.2. Fonte de recurso - 007 – SUS

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Subsecretaria de Atenção Básica – 30001.1030100832.193;

- 8.2.2.** Programa Melhor em Casa – 30001.1030200832.199;
- 8.2.3.** Programa de Saúde Bucal – 30001.1030100832.195;
- 8.2.4.** Estratégia de Saúde em Família – 30001.1030100832.194;
- 8.2.5.** Hospital Municipal Raul Sertão – 30001.1030200852.202;
- 8.2.6.** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.1030200852.203;
- 8.2.7.** Vigilância em Saúde Ambiental – 30001.1030500862.208;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3.** FGTS;
- 10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas no subitem 10.1 (1 à 6).

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

14.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do presente.

14.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

14.9. Manter, durante toda o cumprimento da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

17. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, o qual competirá dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

17.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução da presente obrigação, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
ÂNGELA MARIA SARDOU CHARRET	062.400	SUPERIOR IMEDIATO
BIANCA PORTELA DUTRA	062.432	FISCAL TITULAR
CRISTINA B. GOMES	290.212	FISCAL SUBSTITUTO
HIGOR DE BARROS PINTO	062.682	GESTOR TITULAR
IGOR FARIA DE JESUS	063.036	GESTOR SUBSTITUTO

- 17.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 17.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da presente contratação.
- 17.5. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 17.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

19.2. Comete infração administrativa:

19.2.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



- 19.2.2.**Apresentar documentação falsa;
- 19.2.3.**Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.2.4.**Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.2.5.**Não manter a proposta;
- 19.2.6.**Cometer fraude fiscal;
- 19.2.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- 19.4.1.**Advertência;
- 19.4.2.**Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.4.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20. DA RESCISÃO

20.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

20.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão:

20.2.1. Atraso injustificado na entrega do objeto;

20.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

20.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 062.871

Ratifico o presente Termo de Referência nos termos da lei Federal Nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 106.137